Ventos do Sul Energia S.A.

Informações Financeiras Intermediárias
Referentes ao Trimestre Findo em
31 de Março de 2023 e
Relatório sobre a Revisão de
Informações Intermediárias

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Carlos Gomes, 222 –
2º andar - Boa Vista -
90480-000 - Porto Alegre - RS
Brasil

Tel.: + 55 (51) 3327-8800
Fax: + 55 (51) 3328-3031
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
Ventos do Sul Energia S.A.
Porto Alegre - RS

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Ventos do Sul Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a "organização Deloitte"), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 415 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

© 2023. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao trimestre findo em 31 de março de 2023, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo IASB, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 15 de maio de 2023

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS

Otávio Ramos Pereira
Contador
CRC nº 1 RS 057770/O-2

2023CB023238

© 2023. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Os comentários de desempenho estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

ANÁLISE DE RESULTADOS
VENTOS DO SUL ENERGIA S.A

No primeiro trimestre do exercício de 2023, o lucro líquido foi de R$ 16.427 representando um aumento de 0,1% (R$ 9) quando comparado ao mesmo período do exercício anterior no qual o montante registrado foi de R$ 16.418.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO	**1º Trimestre**		
	2023	**2022**	**AH%**
RECEITA BRUTA DE VENDAS	**54.283**	**53.218**	**2,0%**
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(5.027)	(5.041)	(0,3%)
Receita Operacional Líquida	**49.256**	**48.177**	**2,2%**
Custo da Operação	(20.318)	(18.348)	10,7%
LUCRO BRUTO	**28.938**	**29.829**	**(3,0%)**
Despesas / Receitas Operacionais			
Gerais e administrativas	(1.336)	(1.328)	0,6%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.521	1.325	14,8%
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	**29.123**	**29.826**	**(2,4%)**
Receitas financeiras	2.016	1.643	22,7%
Despesas financeiras	(6.258)	(6.602)	(5,2%)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**24.881**	**24.867**	**0,1%**
Imposto de Renda e Contribuição Social	**(8.454)**	**(8.449)**	**0,1%**
Corrente	(8.521)	(8.520)	0,0%
Diferido	67	71	(5,6%)
Lucro Líquido do Período	**16.427**	**16.418**	**0,1%**
Lucro por ações			
Lucro Líquido Básico por ação	**0,12**	**0,12**	**0,12%**
Lucro Líquido Diluído por ação	**0,12**	**0,12**	**0,12%**

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
Lucro Líquido	**16.427**	**16.418**
Depreciação e amortização	5.060	5.104
Resultado Financeiro	4.242	4.959
Contribuição Social	2.239	2.238
Imposto de renda	6.214	6.211
EBITDA	**34.182**	**34.930**
Margem EBITDA	69,4%	72,5%

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) representa a sigla em inglês para denominar o LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) e consiste no lucro líquido antes da despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, do resultado financeiro líquido e das despesas com depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida. Trata-se de uma medida não contábil de desempenho financeiro dotada pela Companhia que está sendo divulgada em consonância com a Instrução da CVM 527/12.

RECEITA BRUTA

A receita bruta registrada no primeiro trimestre de 2023 foi de R$ 54.283, representando um aumento de 2,0% (R$ 1.065) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R$ 53.218.

DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

O total de deduções de receita bruta registrada no primeiro trimestre de 2023 foi de R$ 5.027, representando uma redução de 0,3% (R$ 14) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R$ 5.041.

CUSTO DA OPERAÇÃO

O custo de operação registrado no primeiro trimestre de 2023 foi de R$ 20.318, representado um incremento de 10,7% (R$ 1.970) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R$ 18.348. Em comparação Março/2022 e Março/2023 o aumento se deu nos encargos de transmissão e no custo de manutenção (Wobben).

GERAIS E ADMINISTRATIVOS

Os gastos gerais e administrativos registrados no primeiro trimestre de 2023 foram de R$ 1.336, apresentando um aumento de 0,6% (R$ 8) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R$ 1.328.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido registrado no primeiro trimestre de 2023 se apresentou negativo R$ 4.242, entretanto, teve uma leve melhora de 14,5% (R$ 717) quando comparado ao mesmo período do exercício anterior, quando o resultado financeiro negativo foi de R$ 4.959.

CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E IMPOSTO DE RENDA

As despesas com tributos sobre o resultado no primeiro trimestre de 2023 somaram R$ 8.454, representando um aumento de 0,1% (R$ 5) quando comprado com o mesmo período do exercício anterior, quando o montante registrado foi de R$ 8.449. Este aumento reflete principalmente aos efeitos da variação no Lucro Antes dos tributos.

EBITDA

O EBITDA (Lucro líquido excluindo os efeitos da depreciação, amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) apurado no primeiro trimestre de 2023 foi de R$ 34.182, representando uma margem de EBITDA de 69,4% em relação a receita liquida. Quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, o mesmo apresentou uma redução de 2,1%, período no qual o montante apurado foi de R$ 34.930.

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Notas explicativas	31/03/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	66.422	16.339
Contas a receber de clientes	6	30.708	41.376
Despesas antecipadas		436	820
Impostos a recuperar	7	281	255
Outros Créditos		4	4
Total		97.851	58.794
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	8	36.817	36.044
Outros Créditos		82	83
IRPJ e CSLL diferidos	9	1.953	1.885
Arrendamentos	14	3.933	3.630
Investimentos		57	57
Imobilizado	10	243.385	248.036
Total		286.227	289.735
TOTAL DO ATIVO		384.078	348.529

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas explicativas	31/03/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Fornecedores		1.307	1.346
Contas a pagar - Eletrobras	11	83.740	70.336
Debêntures	12	59.268	54.671
Impostos a recolher		1.677	1.905
Provisão IRPJ e CSLL		2.881	2.687
Partes relacionadas	22.1	1.133	1.335
Dividendos a pagar	22.2	42.760	42.760
Outras obrigações		474	817
Provisões		650	650
Arrendamentos	14	174	307
Total		194.064	176.814
NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	12	118.247	116.956
Arrendamentos	14	4.270	3.802
Provisão para Desmobilização	10.3	5.591	5.506
Provisão para riscos trubutários	15	1.562	1.534
Total		129.670	127.798
Total do Passivo		323.734	304.612
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16	964	964
Reservas de lucro	16	59.380	42.953
Total do patrimônio líquido		60.344	43.917
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		384.078	348.529

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias.

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Para os Trimestres Findos em 31 de Março de 2023 e 31 de Março de 2022
(Em milhares de reais - R$)

	Notas explicativas	31/03/2023	31/03/2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	49.256	48.177
Custo da Operação	19	(20.318)	(18.348)
LUCRO BRUTO		28.938	29.829
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	19	(1.336)	(1.328)
Outras receitas operacionais, líquidas	23	1.521	1.325
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		29.123	29.826
Receitas financeiras	20	2.016	1.643
Despesas financeiras	20	(6.258)	(6.602)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		24.881	24.867
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	9		
Corrente		(8.521)	(8.520)
Diferido		67	71
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		16.427	16.418
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		0,12	0,12
LUCRO POR AÇÃO			
Lucro Líquido Básico por ação	21	0,12	0,12
Lucro Líquido Diluído por ação	21	0,12	0,12

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias.

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
Para os Trimestres Findos em 31 de Março de 2023 e 31 de Março de 2022
(Em milhares de reais - R$)

	31/03/2023	31/03/2022
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	16.427	16.418
Outros Resultados Abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	16.427	16.418

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias.

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

DEMOSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO
Para os Trimestres Findos em 31 de Março de 2023 e 31 de Março de 2022
(Em milhares de reais - R$)

			Reservas de Lucro			
	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021		964	193	38.529	-	39.686
Lucro líquido do período		-	-	-	16.418	16.418
Saldo em 31 de março de 2022		964	193	38.529	16.418	56.104
Saldo em 31 de dezembro de 2022		964	193	42.760	-	43.917
Lucro líquido do período	16	-	-	-	16.427	16.427
Saldo em 31 de março de 2023		964	193	42.760	16.427	60.344

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias.

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA-MÉTODO INDIRETO
Para os Trimestres Findos em 31 de Março de 2023 e 31 de Março de 2022
(Em milhares de reais - R$)

	Nota	31/03/2023	31/03/2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do período		16.427	16.418
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Imposto de renda e Contribuição social	9	8.454	8.449
Crédito de Pis e Cofins		(359)	(360)
Juros sobre a dívida	20	5.754	6.134
Despesas Financeiras com Desmobilização	20	85	75
Despesas Finan. Arrendamento	20	115	107
Depreciação Arrendamento	14	50	46
Amortização Desmobilização	10	55	96
Depreciação e amortização	10	4.955	4.962
Provisões riscos Tributários	15	28	-
		35.564	35.927
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes		10.668	981
Créditos diversos		1	31
Impostos a recuperar		(26)	(1.522)
Despesas antecipadas		384	338
Fornecedores		(39)	(91)
Contas a pagar - Eletrobras		13.404	14.045
Impostos a recolher		(204)	(582)
Partes Relacionadas		(202)	(598)
Outras obrigações		(343)	(420)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		59.207	48.109
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(8.352)	(6.460)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		50.855	41.649
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de imobilizado	10	-	(10)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		-	(10)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamento de Arrendamento	14	(133)	(123)
Comissionamento	12.2	134	135
Aplicações financeiras vinculadas		(773)	(762)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(772)	(750)
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		50.083	40.889
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	16.339	11.995
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5	66.422	52.884

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias.

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Para os Trimestres Findos em 31 de Março de 2023 e 31 de Março de 2022
(Em milhares de reais - R$)

	31/03/2023	31/03/2022
RECEITAS	55.804	54.543
Vendas de energia	54.283	53.218
Outras receitas	1.521	1.325
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	16.093	14.086
Custos da Operação	14.842	12.815
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	1.251	1.271
VALOR ADICIONADO BRUTO	39.711	40.457
Depreciação e Amortização	5.060	5.104
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	34.651	35.353
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	2.016	1.643
Receitas financeiras	2.016	1.643
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	36.667	36.996
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	36.667	36.996
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	13.509	13.490
Federais	13.509	13.490
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	6.731	7.088
Juros	6.258	6.602
Aluguéis	473	486
REMUNERAÇAO DE CAPITAIS PROPRIOS	16.427	16.418
Lucro retido	16.427	16.418
	36.667	36.996

As notas explicativas são parte integrante das Informações Financeiras Intermediárias.

VENTOS DO SUL ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO 2023
(Em milhares de reais – R$)

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto Operacional

A Ventos do Sul Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, categoria B, código de registro na CVM 24767, concedido em 12/09/2019, com sede e foro na Av. Carlos Gomes, 222 – Sala 701, cidade de Porto Alegre/RS, que em 9 de maio de 2005, através de transformação do tipo jurídico de sociedade limitada para sociedade anônima, sucedeu a empresa Enerfin do Brasil – Produtora de Energia Ltda., constituída em 30 de setembro de 2003.

A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda. (Rio Sul 1), que detém 80% das ações da companhia. A Rio Sul 1 é uma controlada da Rio Grande Energias Renováveis Ltda. (RGER), a qual detém 100% do seu capital social. Já a RGER, é uma subsidiaria da Enerfín Enervento Exterior S.L.U, a qual detém 100% do seu capital social e possui a Enerfín Sociedad de Energía S.L.U. como acionista controlador. A Elecnor S/A detém 100% do capital social de Enerfín Sociedad de Energía S.L.U.

A Companhia apresenta a seguinte estrutura societária:

Acionistas	Ações	% de Participação
Rio Sul 1 Energia Ltda.	112.771.200	80%
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE – G.	14.096.400	10%
Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda.	14.096.400	10%
	140.964.000	100%

A Companhia tem por objeto principal a geração de energia elétrica proveniente de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em concessionária de serviço público.

Habilitação	Contratos	Local de Geração Município de Osório/RS
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico de Osório composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 29 de junho de 2006
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico de Sangradouro composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 30 de setembro de 2006

Habilitação	Contratos	Local de Geração Município de Osório/RS
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para atuação como Produtora Independente de Energia	Contrato para compra e venda de energia elétrica com a Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Parque Eólico dos Índios composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2 MW/h, entrou em operação em 13 de dezembro de 2006

a) Licenças e autorizações

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM, emitiu Declaração Online de Prorrogação de Licença Ambiental (LO) para a operação dos parques eólicos, indicando que o prazo de validade da Licença Ambiental, LO n. º 2879/2020 é valido até 14/05/2025 o documento está disponível no site www.fepam.rs.gov.br.

A Agência nacional de energia elétrica – ANEEL, publicou a resolução n.º 692, de 17 de dezembro de 2002, autorizando a Companhia como produtor Independe de Energia Elétrica, mediante a implantação da central eólica, no município de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, pelo prazo de trinta anos, a contar da data de publicação do Diário Oficial da União em 18.12.2002, seção1, p.72 v. 139, n.244

b) Contrato Proinfa

O prazo do contrato de Compra e Venda de energia no âmbito do Proinfa firmado com a Eletrobrás é de 20 anos, encerrando-se em 2026.

c) Risco da Operação

Se considerado os 14 anos de operação dos parques eólicos da Companhia (2007 a 2022), a geração média anual equivale a 354 MW, com uma velocidade média do mesmo período histórico superior de 6 m/s. Estes dados históricos revelam a maturidade do projeto e são indicativos de redução de risco da operação.

1.2. Continuidade Operacional

A Companhia apresentou nas informações financeiras intermediárias o capital circulante líquido negativo no montante de R$ 96.213 em 31 de março de 2023 (R$ 118.020 em 31 de dezembro de 2022), decorrente do contas a pagar Eletrobrás conforme descrito na nota explicativa n° 11 e o fluxo de pagamento de debêntures descrito na nota explicativa nº12.

Com base nas informações indicadas, a Administração avaliou a capacidade da Companhia, e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista que a geração de fluxos de caixa futuros decorrente do contrato de fornecimento de energia será suficiente para quitar as obrigações das debêntures, conforme cronograma estabelecido na Escritura de Emissão de Debêntures, bem como que a manutenção atual da gestão de seus ativos seja suficiente para dar continuidade a suas operações no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações financeiras intermediarias foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base da preparação

As informações Intermediarias - ITR estão sendo apresentadas em conformidade com as disposições contidas no CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB". As ITR também foram preparadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das ITRs.

A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que foram utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, contemplando a adoção dos novos pronunciamentos contábeis, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

Determinadas informações contidas nas notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2022, que não sofreram modificações nos primeiros três meses de 2023, não estão sendo apresentadas. Portanto, estas informações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31.12.2022.

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerida nas normas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações financeiras intermediárias de forma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 15 de maio de 2023.

2.2. Moeda Funcional

Os itens incluídos nas informações financeiras intermediarias são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As informações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R$), exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Demonstração do Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o trimestre findo em 31 de março de 2023, é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras intermediárias, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras intermediarias e seguindo as disposições contidas na Deliberação do CMV nº557/08 e no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimento controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.4. Demonstração do fluxo de caixa

Para a demonstração de fluxo de caixa referente ao trimestre findo em 31 de março de 2023 a Companhia preparou a mesma pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração de Fluxo de Caixa.

3 NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

O International Accounting Standards Board (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram revisões às normas existentes, sendo elas:

a) Pronunciamentos emitidos e que não entraram em vigência:

(I) Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes.

(II) Alterações ao IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Passivos de arrendamento mercantil em uma venda e arrendamento mercantil de retorno.

A Companhia avaliou previamente os novos pronunciamentos mencionados acima e não identificou impactos relevantes nas suas informações financeiras intermediárias.

4 PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

4.1. Principais julgamentos e fontes incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas os principais julgamentos e premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período.

4.1.1. Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada exercício. No exercício de 2015, a Administração efetuou um estudo da vida útil estimada dos bens do imobilizado e com base nos resultados encontrados, alterou a vida útil dos Aerogeradores e Infraestruturas, aumentando de 20 para 30 anos, limitado ao prazo de autorização das usinas, quando aplicável.

4.1.2. Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº. 13, a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº. 13 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

4.1.3. Desmobilização de Ativos – Custos de Desmontagem

A Companhia constituiu provisão de desmobilização de ativos, para atender obrigações dos contratos de arrendamento de terrenos, que determinam a retirada dos aerogeradores ao final do contrato. Para mensurar a constituição da provisão foram estimados a valor presente os custos de desmontagem, remoção dos itens e restauração do terreno, considerando os prazos dos respectivos contratos de arrendamento de terreno, bem como foi estimada a taxa de desconto, conforme descrito na nota explicativa nº. 10.3. A adoção das referidas premissas e estimativas, estão sujeitas a um maior grau de incertezas, o que pode resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes.

4.1.4. Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia efetua o cálculo da taxa incremental tomando como base o custo dos encargos sobre empréstimos em condições semelhantes de aquisição em ambiente econômico similar.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

	31/03/2023	31/12/2022
Saldo de caixa e bancos	55	551
Aplicações financeiras	66.367	15.788
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	66.422	16.339

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Aplicação Financeira

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	31/03/2023	31/12/2022
Banco do Brasil	BB RF LP Corp	Indefinido	83,18 % do CDI a.a.	35	35
Banco Itaú	ITAU Soberano RF	Indefinido	99,44% do CDI a.a.	66.332	15.753
				66.367	15.788

6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Estão demonstrados os valores a receber relativamente ao fornecimento de energia, conforme contrato firmado com a Eletrobrás:

	31/03/2023	31/12/2022
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás S.A.	30.708	41.376

A administração da Companhia considera não ser necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis em 31 de março de 2023.

7 IMPOSTOS A RECUPERAR

Refere-se aos valores retidos na fonte sobre recebimentos da Eletrobrás e sobre os rendimentos de aplicação financeira, bem como, os relativos à apropriação de créditos do PIS e da COFINS sobre a depreciação acelerada de Máquinas e Equipamentos, como segue:

	31/03/2023	31/12/2022
IR a compensar	186	160
CSLL a compensar	95	95
	281	255

Os créditos acima apresentados são compensados de forma sistemática conforme determina a legislação fiscal e de acordo com a capacidade da Companhia de gerar tributos a pagar.

8 APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

Conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, foi constituída em garantia, Conta Reserva vinculada ao Contrato de Emissão de Debêntures equivalente ao valor da amortização semestral das debêntures.

As aplicações financeiras correspondem a quotas do fundo "ITAU TOP DI FIC R" mantidas no Banco Itaú, acrescidas dos rendimentos auferidos até o encerramento do período. Os fundos têm como meta remunerar o investimento à variação do CDI.

As aplicações derivadas destas contas-correntes estão segregadas e apresentadas no ativo não circulante:

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	31/03/2023	31/12/2022
Banco Itaú	ITAU TOP DI FIC R	Indefinido	60,42% do CDI a.a.	36.817	36.044

9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Impostos Correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é ajustado por receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente:

Reconciliação do IR/CS - Lucro Real	31/03/2023	31/03/2022
Resultado antes dos tributos	24.881	24.867
Alíquota combinada de impostos	34%	34%
Despesa fiscal à alíquota combinada	(8.460)	(8.455)
Outras diferenças permanentes líquidas	6	6
Imposto de renda e contribuição social	(8.454)	(8.449)
Corrente	(8.521)	(8.520)
Diferido	67	71
Total	(8.454)	(8.449)
Alíquota efetiva	(33,98%)	(33,98%)

b) Ativo Diferido referente a imposto de renda e contribuição social em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	31/03/2023			31/12/2022		
Ativo Diferido	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Diferenças Temporárias	1.436	517	1.953	1.386	499	1.885
Ativo Não Circulante	1.436	517	1.953	1.386	499	1.885

	Realização do ativo diferido
2023	364
Acima de 2024	1.589
Total	1.953

10 IMOBILIZADO

O ativo imobilizado, está segregado entre Administração Central e Operação do Sistema:

		31/03/2023			31/12/2022
	Taxas anuais de depreciação e amortização %	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Líquido	Líquido
Administração central:					
Computadores	20%	896	(815)	81	92
Máquinas e equipamentos	10%	2.025	(1.193)	832	877
Móveis e utensílios	10%	823	(784)	39	45
Instalações	10%	300	(208)	92	98
Veículos	20%	129	(129)	-	-
Operação do sistema:					
Terrenos		43	-	43	43
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,81%	84.830	(48.280)	36.550	37.219
Máquinas e equipamentos	3,11%	599.605	(396.862)	202.743	206.603
Desmobilização		4.551	(1.546)	3.005	3.059
		693.202	(449.817)	243.385	248.036

	Edificações, Obras Civis e Benfeitorias e Outros	Máquinas e Equipamentos	Total
Saldo em 31/12/2021	41.132	227.813	268.945
Adições	206	0	206
Baixas desmobilização	0	(2.326)	(2.326)
Outros (crédito PIS/COFINS)	0	1.438	1.438
Amortização Desmobilização	0	(385)	(385)
Depreciação do período	(2.964)	(16.878)	(19.842)
Saldo em 31/12/2022	38.374	209.662	248.036
Outros (crédito PIS/COFINS)	0	359	359
Amortização Desmobilização	0	(55)	(55)
Depreciação do período	(736)	(4.219)	(4.955)
Saldo em 31/03/2023	37.638	205.747	243.385

10.1. Ativos cedidos em garantia

Os Aerogeradores que compõem máquinas e equipamentos, com valor residual contábil de R$ 205.747 (R$ 209.662 em 31 de dezembro de 2022) foram cedidos em garantia em favor dos Debenturistas. A Companhia não tem permissão de ceder esses ativos como garantia para outros empréstimos/financiamentos ou vendê-los.

10.2. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

A Companhia avalia a cada data de apresentação os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável dos seus ativos em 31 de março de 2023.

A Companhia possui contrato de O&M com o fornecedor dos aerogeradores, que compreende a manutenção preventiva e corretiva. Este contrato possibilita o acompanhamento contínuo dos equipamentos, e estabelece uma disponibilidade média de 97% dos aerogeradores. Os resultados obtidos, 98,82% em 2022, 99,13 % em 2021 e 99,06% em 2020, indicam que as máquinas mantem ou superam, após 14 anos de produção, a mesma disponibilidade do início da operação.

10.3. Desmobilização de Ativos

A Companhia possui contratos de arrendamentos de terreno, que entre outras obrigações determinam a retirada dos aerogeradores ao final do prazo de contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu a provisão de desmobilização de ativos, para fazer frente às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção dos itens e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Provisão para desmobilização

Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.773
Despesa financeira	210
Atualização de provisão	(2.453)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.530
Despesa financeira	302
Atualização de provisão	(2.326)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.506
Despesa Financeira	85
Saldo em 31 de março de 2023	5.591

11 CONTAS A PAGAR - ELETROBRÁS

	31/03/2023	31/12/2022
Contas a pagar - Eletrobras	83.740	70.336

Conforme Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado com a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, o somatório das diferenças mensais apuradas durante o ano, período de 12 meses começando em janeiro e terminando em dezembro, será compensado nos pagamentos do ano subsequente. O contrato, estabelece que a parcela do ajuste será calculada pela diferença entre o produto da energia gerada no ano anterior, referida ao centro de gravidade, pelo preço ajustado pela curva do fator de capacidade e o produto da contratada no ano anterior pelo preço unitário definido no contrato, rateada igualmente pelos 12 meses do ano subsequente.

12 DEBÊNTURES

A Companhia realizou em 21/10/2019 sua 1ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real, para distribuição pública, totalmente destinados à liquidação integral de todo e qualquer passivo financeiro da Companhia, sendo a diferença positiva destinada à recomposição do caixa da Companhia para condução das atividades da Companhia.

O valor total captado foi de R$ 325.000 e o recurso entrou na Companhia no dia 30 de outubro de 2019. Foram emitidas 325.000 (trezentas e vinte e cinco mil) Debêntures, sendo 227.000 (duzentas e vinte e sete mil) Debêntures da Primeira Série, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI + 0,75% ao ano, e 98.000 (noventa e oito mil) Debêntures da Segunda Série com juros remuneratórios correspondentes a IPCA + 3,25% ao ano. A amortização das debêntures e o pagamento de juros remuneratórios, ocorrerão semestralmente nos meses de dezembro e junho, sendo que a primeira amortização ocorreu em dezembro de 2019. Em dezembro de 2022 foi efetivada a sétima amortização de debêntures.

Abaixo é demostrado a abertura e movimentação das debêntures:

Abertura e Saldos das Debêntures

Emissão	Taxas de Juros	Vencimento	Captação	Custo a apropriar	Saldo de Principal	Saldo de Juros	Total
1ª Emissão - 1ª Série	CDI + 0,75%	31/12/2025	227.000	(941)	115.238	4.675	118.972
1ª Emissão - 2ª Série	IPCA + 3,25%	31/12/2025	98.000	(406)	58.399	551	58.543
			325.000	(1.348)	173.637	5.226	177.515

	31/03/2023	31/12/2022
Circulante	59.268	54.671
Não Circulante	118.247	116.956
Total Debêntures	177.515	171.627

12.1. Vencimento das parcelas de longo prazo

A Companhia classifica suas debêntures como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Valor
2024	56.352
2025	61.895
Total Passivo não Circulante	118.247

12.2. Mutação das debêntures

Mapa Movimentação de Debêntures	
Saldo inicial - 31/12/2021	218.373
Juros Incorridos	6.134
Custo de Captação a apropriar	135
Saldo final - 31/03/2022	224.642
Saldo inicial - 31/12/2022	171.627
Juros Incorridos	5.754
Custo de Captação a apropriar	134
Saldo final - 31/03/2023	177.515

Cláusulas contratuais restritivas – *covenants*

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual a partir do exercício social encerrado em 2020, bem como outras condições restritivas a serem observadas, tais como:

i) transformação da forma societária da Companhia de modo que deixe de ser uma sociedade por ações;

ii) celebração de contratos de mútuo pela Companhia, nos quais a Companhia figure na qualidade de mutuante, sem a prévia anuência dos Debenturistas;

iii) distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela Companhia, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios caso: (a) a Companhia esteja inadimplente com qualquer das obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão e/ou Contrato de Garantia; e/ou (b) a Companhia não esteja cumprindo o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos);

iv) cisão, fusão, incorporação, aquisição, constituição ou qualquer forma de reorganização societária que implique (a) alteração de controle da Companhia e/ou dos Acionistas, bem como (b) a participação da Companhia em outras sociedades, para a qual não tenha sido obtida a prévia e expressa anuência dos Debenturistas;

v) qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia, de forma direta ou indireta, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas.

O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures, bem como penalidades perante os órgãos reguladores. Em 31/12/22 a Companhia cumpriu as cláusulas de *covenants* pré-estabelecidas. Tendo em vista que a exigibilidade de comprimento é anual, para o exercício social de 2023 a companhia vem acompanhando os índices financeiros.

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

13.1. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (Debêntures conforme nota explicativa nº. 12, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº. 16).

13.1.1. Índice de endividamento

O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	31/03/2023	31/12/2022
Dívida (a)	177.515	171.627
Caixa, Equivalentes e aplicações vinculadas (b)	103.239	52.383
Dívida líquida	74.276	119.244
Patrimônio líquido (c)	60.344	43.917
Índice de endividamento líquido	1,23	2,72

(a) A dívida é definida como empréstimos e debêntures de curto e longo prazos, conforme detalhado na nota explicativa nº. 12.

(b) O valor é composto de caixa e equivalentes e aplicações financeiras vinculadas.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas, gerenciados como capital.

13.2. Categorias e apuração do valor justo de instrumentos financeiros

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros, de acordo com a CVM 699 e o CPC 46 que trata da Mensuração do Valor Justo:

Ativos Financeiros	Nível	31/03/2023	31/12/2022
		Valor contábil e valor justo	Valor contábil e valor justo
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalente de Caixa	2	66.422	16.339
Aplicações financeiras vinculadas	2	36.817	36.044
Custo Amortizado		Valor Contábil	Valor Contábil
Contas a Receber de Clientes		30.708	41.376
Total dos ativos financeiros		133.947	93.759
Passivos Financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores		1.307	1.346
Contas a pagar - Eletrobras		83.740	70.336
Partes relacionadas e dividendos a pagar		43.893	44.095
Debentures		177.515	171.627
Outras obrigações		474	817
Total dos passivos financeiros		306.929	288.221

Os três níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

- Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.
- Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas informações financeiras intermediárias pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. Não é prática da Companhia contratar instrumentos financeiros para fins especulativos. Em 31 de março de 2023, a Companhia não detinha instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

a) Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

b) A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil similar ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

13.3. Risco de Liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de março de 2023 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Total 31/03/2023
Passivos					
Fornecedores	1.307	-	-	-	1.307
Contas a pagar - Eletrobras	41.870	41.870	-	-	83.740
Partes Relacionadas e dividendos	43.893	-	-	-	43.893
Outras obrigações	474	-	-	-	474
Debentures	36.519	35.867	66.823	69.299	208.508
	124.063	77.737	66.823	69.299	337.922

13.4. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças no mercado, como mudanças nas taxas de câmbio, nas taxas de juros e de preços irão afetar as receitas da Companhia valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo da Administração dos riscos de mercado é controlar as exposições aos riscos de mercado em parâmetros aceitáveis, otimizando seu retorno.

13.5. Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia não possui a transações em moeda estrangeira, consequentemente, não tem exposições às variações nas taxas de câmbio.

13.6. Gestão do risco de taxa de juros e índices flutuantes

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros e a índices flutuantes relacionados às variações da taxa IPCA e DI aplicáveis às suas debêntures e aplicações financeiras.

A exposição da Companhia às taxas de juros e índices flutuantes de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

13.7. Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas ao contrato com a Eletrobrás, que estabelece um prazo de 20 anos contratuais e encerra-se em 2026.

13.8. Análise de sensibilidade

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e debêntures com taxas de juros variáveis, atreladas principalmente ao CDI e IPCA. Dessa forma, a Companhia fica exposta às taxas de juros básicas que tem sofrido forte volatilidade no último ano em função do cenário econômico recente. A Administração da Companhia não tem conhecimento de fatos que tenham ou possam vir a ter impactos significativos neste índice de forma a afetar os resultados da Companhia. Um aumento ou redução na taxa básica do CDI é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros e IPCA ao pessoal chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração dos prováveis e possíveis impactos, sendo prováveis as taxas anuais projetadas pelo mercado e possíveis uma variação de 50% nas taxas estimadas. Sendo assim, se as taxas de juros fossem 50% mais altas/baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, a Companhia teria o seguinte efeito no lucro do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023:

Risco	Instrumentos	(Possível) Variação de 50%
	Ativo Financeiro	
Baixa do CDI	Aplicações Financeiras:	103.184
	Taxa anual estimada do CDI para 2023 (Provável)	12,37%
	Efeito anual nas aplicações financeiras	6,19%
	Perda	(6.387)

Risco	Instrumentos	(Possível) Variação de 50%
	Passivo Financeiro	
Alta do CDI	Debêntures Série 1	118.972
	Taxa anual estimada de CDI + 0,75%(Provável)	13,12%
	Efeito anual nas Debêntures	6,19%
	Perda	(7.358)
	Passivo Financeiro	
Alta do IPCA	Debêntures Série 2	58.543
	Taxa anual estimada de IPCA + 3,25%(Provável)	9,40%
	Efeito anual nas Debêntures	3,08%
	Perda	(1.803)

13.9. Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

13.10. Risco regulatórios

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

14. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

14.1. Direito de uso de ativos e Passivos de arrendamentos

Conforme indica o IFRS16/CPC 06, "arrendamento é o contrato, ou parte do contrato, que transfere o direito de usar um ativo (ativo subjacente) por um período de tempo em troca de contraprestação".

Em observância ao IFRS 16/CPC 06, a Companhia analisou todos os contratos de arrendamentos, e verificou que existem contratos de arrendamentos com valores fixos, e concluiu que os contratos se enquadram no IFRS16/CPC06.

A Companhia tomou por base a taxa de desconto de 11,00%, aplicável aos contratos fixos de arrendamento no Brasil.

a) Direito de uso de arrendamentos:

	31.03.2023				2022
	Período de Depreciação	Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos					
Contrato de Locação	Até 2040	1.141	(157)	984	873
Contrato de Locação	Até 2041	1.096	(155)	941	887
Contrato de Locação	Até 2042	1.351	(187)	1.164	1.126
Contrato de Locação	Até 2045	968	(124)	844	744
		4.556	(623)	3.933	3.630

A mutação do direito de uso de arrendamento está apresentada a seguir:

	Ativos de Direito de Uso
Saldo em 31/12/2021	3.083
Adição	731
Depreciação	(46)
Saldo em 31/03/2022	3.768
Saldo em 31/12/2022	3.630
Adição	353
Depreciação	(50)
Saldo em 31/03/2023	3.933

b) Arrendamentos a pagar

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31/12/2021	363	3.074	3.437
Adição	-	731	731
Juros	-	107	107
Transferências	449	(449)	-
Amortizações	(123)	-	(123)
Saldo em 31/03/2022	689	3.463	4.152
Saldo em 31/12/2022	307	3.802	4.109
Adição	-	353	353
Juros	-	115	115
Amortizações	(133)	-	(133)
Saldo em 31/03/2023	174	4.270	4.444

c) Pis e Cofins a recuperar

Os contratos de locação e arrendamentos referidos nas letras “a” e “b”, são firmados com pessoas físicas, e, portanto, não permitem que a Companhia utilize créditos de PIS e Cofins sobre os pagamentos efetuados aos arrendadores, conforme prescreve a legislação tributária.

d) Análise do impacto da inflação nos contratos de arrendamento

A Companhia, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso de arrendamentos, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar inflação projetada nos fluxos a serem descontados, haja vista vedação imposta pela norma contábil.

Desta maneira, para atender orientações das áreas técnicas da CVM são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso de arrendamentos, da despesa financeira e da despesa de depreciação do período de março 2022.

	2023
Passivo "leasing" saldo final	
Conforme apresentado IFRS 16	4.444
Com efeito da inflação	4.717
	6,15%
Direito de uso de arrendamentos, líquido saldo final	
Conforme apresentado IFRS 16	3.933
Com efeito da inflação	4.175
	6,15%
Despesa financeira	
Conforme apresentado IFRS 16	115
Com efeito da inflação	122
	6,15%
Despesa de depreciação	
Conforme apresentado IFRS 16	50
Com efeito da inflação	53
	6,15%

14.2. Arrendamentos com remuneração variável

Determinados contratos de arrendamentos de terrenos, onde estão instalados os parques eólicos, têm prazos de duração de trinta e cinco anos, prorrogáveis por período não inferior a doze anos e apresentam remuneração variável ao arrendador com base na energia gerada. A Companhia não tem a opção de adquirir os terrenos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento. Considerando essas premissas, a IFRS 16 não permite que seja reconhecido o passivo de arrendamento e, por consequência, o direito de exploração relacionados a esses contratos.

Desta forma, os pagamentos são reconhecidos como despesa no período:

	31/03/2023	31/03/2022
Despesa Arrendamentos	416	429

15. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS

A Companhia no ano de 2012 efetuou pagamento de IR e CSLL com créditos de impostos. Foi notificada em 2017 pela Receita Federal que não homologou a compensação declarada alegando que a receita correspondente as retenções na fonte não foram oferecidas à tributação. Em 2022 foi negado o provimento a impugnação e mantido a notificação de lançamento. A administração da Companhia, suportada na avaliação de perda provável dos seus assessores jurídicos, efetuou o registro de provisão no montante de R$ 1.534 em 31 de dezembro de 2022. No primeiro trimestre de 2023 a Companhia teve um incremento de provisão no valor de R$ 28, elevando seu saldo neste período para R$ 1.562, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Provisões para contingências tributárias	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.534
Adições (atualizações monetárias)	28
Saldo em 31 de março de 2023	1.562

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social:

O Capital Social subscrito e integralizado no valor de R$ 964, é representado por 140.964 ações ordinárias nominativas de valor nominal R$ 1,00.

b) Reservas de lucro

b.1) Reserva Legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.

b.2) Reserva Especial – Corresponde ao valor remanescente do lucro líquido do exercício no montante de R$ 42.760 que terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposta do Conselho de Administração.

c) Distribuição de lucro:

c.1) A Companhia cumpre a política de distribuição de dividendos que está em seu Estatuto Social, que determina como destinação mínima de dividendos de 50% do lucro líquido, após as destinações legais, e consideração a cláusulas restritivas de distribuição de dividendos.

c.2) Lucro Líquido do período – A Companhia obteve o lucro líquido de R$ 16.427, o qual será mantido na rubrica de lucros acumulados, até o encerramento do exercício de 2023.

	31/03/2023	31/03/2022
Lucro líquido do período	16.427	16.418
Lucros acumulados	16.427	16.418
	16.427	16.418

17. RECEITA

A seguir, segue a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do período:

	31/03/2023	31/03/2022
Receita Bruta		
Venda de energia	54.343	53.218
Impostos sobre vendas	(5.087)	(5.041)
Receita líquida	49.256	48.177

18. SEGMENTO OPERACIONAL

A Companhia não elabora informações por segmento, uma vez que atua somente no segmento de geração de energia elétrica de fonte renovável eólica por meio de contratos de longo prazo, que representam a totalidade da receita da Companhia. A Companhia possui concentração de sua receita com o cliente Eletrobrás considerando o contrato de compra e venda de energia do Proinfa.

19. DESPESA CLASSIFICADA POR FUNÇÃO E NATUREZA

	31/03/2023	31/03/2022
Despesa Classificada por função		
Custo da Operação	20.318	18.348
Gerais e Administrativas	1.336	1.328
Outras receitas operacionais líquidas	(1.521)	(1.325)
Total	20.133	18.351
Despesa Classificada por natureza		
Custo de Operação e Manutenção	11.480	9.796
Encargos Uso do Sistema e Produção	3.362	3.019
Arrendamentos	416	429
Depreciação	5.060	5.104
Despesa com Seguros	410	354
Despesa com Serviços Profissionais	478	432
Outras Despesas Administrativas	448	542
Outras receitas operacionais líquidas	(1.521)	(1.325)
Total	20.133	18.351

20. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS E VARIAÇÃO CAMBIAL

	31/03/2023	31/03/2022
Receitas aplicações financeiras	2.016	1.626
Outras Despesas (Receitas)	-	17
Receitas financeiras	2.016	1.643
Juros sobre a dívida	(5.754)	(6.134)
Comissionamento	(134)	(135)
Despesa Financeira com Desmobilização	(85)	(75)
Despesas Financeira com Passivo de Arrendamento	(115)	(107)
Outros	(170)	(151)
Despesas financeiras	(6.258)	(6.602)

21. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a quantidade das ações do período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a quantidade das ações no respectivo período, considerando os efeitos diluídos, logo não existe há instrumentos com efeito diluído.

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41, equivalente à IAS 33 -Resultado por Ação.

Resultado básico por ação	31/03/2023	31/03/2022
Numerador		
Lucro disponível aos acionistas	16.427	16.418
Denominador		
Número de Ações	140.964	140.964
Lucro por ação - básico	0,12	0,12

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador direto a Rio Sul 1 Energia Ltda com 80% das ações, a Wobben Windpower Ind. e Com. Ltda possui participação indireta com 10% das ações e a Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE G com participação indireta de 10% das ações.

A Companhia não possui contratos de mútuos com as partes relacionadas, exceto contratos de prestação de serviços relacionadas a operação e gestão dos parques eólicos.

22.1. Transações comerciais

	Valores a pagar para partes relacionadas	
	31/03/2023	31/12/2022
Passivo (a)		
Circulante		
Fornecedores		
Elecnor do Brasil Ltda	152	151
Enerfín Sociedade de Energia Ltda	981	1.184
Totais	1.133	1.335

	31/03/2023	31/03/2022
Resultado		
Custo da Operação		
Aquisição de Serviços		
Wobben Windpower Ltda	8.043	6.337
Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda	2.804	2.888
Elecnor do Brasil Ltda	496	444
Totais	11.343	9.669

a) Os serviços prestados por partes relacionadas seguem condições específicas estabelecidas no contrato firmado entre as partes e referem-se a serviços de operação, manutenção e gestão da exploração dos parques instalados.

22.2. Dividendos

A Companhia mantém saldo de dividendos a pagar no valor de R$42.760 que serão pagos em 2023 para os acionistas como demonstrado abaixo:

	Dividendos a pagar para Acionistas	
	31/03/2023	31/12/2022
Wobben Windpower Ind. E Comércio Ltda.	4.276	4.276
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE – G	4.276	4.276
Rio Sul 1 Energia Ltda	34.208	34.208
Totais	42.760	42.760

22.3. Remuneração dos Administradores

A Companhia não remunera diretamente os membros da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador.

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Trata-se dos créditos PIS e COFINS sobre a Depreciação e insumos de operação.

	31/03/2023	31/03/2022
Créditos de Pis e Cofins	1.521	1.325

24. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de março de 2023, a Companhia possui os seguintes principais compromissos contratuais relevantes:

Compromissos	Posição em 31/03/2023
Encargos de Transmissão	1.124
Arrendamentos	142
Wobben Windpower	2.681
Total	3.947

Os contratos demonstrados acima se caracterizam como compromissos de longo prazo e apresentam remuneração variável atrelada a energia gerada pelos parques eólicos. O reconhecimento no resultado ocorre de acordo com a competência dos respectivos contratos.